Projeto Político Pedagógico (PPP): concepções dos gestores em escolas codoenses*Proyecto Político Pedagógico (PPP): concepciones de directores en colegios codoenses*Deusilene Costa TEIXEIRA¹Ricarte TAVARES²Aziel Alves de ARRUDA³

Resumo: Já é entendido que a escola deve utilizar o planejamento de todas as atividades que serão desenvolvidas em seu âmbito, pois, dessa maneira, suas ações serão aperfeiçoadas e integradas, garantindo, assim, um ensino de qualidade. Um modo essencial de se utilizar o planejamento escolar é por meio do Projeto Político Pedagógico, sendo caracterizado como um documento que busca traçar caminhos a serem percorridos na finalidade de alcançar um melhor desempenho em todas as atividades realizadas em prol do ensino. Nesse sentido, este estudo busca investigar a concepção de alguns gestores de escolas municipais da cidade de Codó – MA acerca do PPP, tendo em vista que é uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento do trabalho coletivo. Este estudo configura-se uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para isso, foi utilizado como procedimento metodológico o uso de um questionário aplicado aos gestores de seis escolas da rede municipal de ensino de Codó – MA. A fim de estabelecer um entendimento das questões levantadas, a pesquisa baseou-se em alguns autores, dentre eles destacam-se Veiga (2002; 2012), Libânio (2001) e Padilha (2001). Esses autores traçam uma linha de pensamento em que apontam o PPP como uma ferramenta indispensável para o planejamento escolar. Mediante os dados coletados, foi possível perceber que, por mais que os pesquisados tenham anos de experiência, não apresentam um entendimento completo acerca das finalidades propostas pelo documento. Vale destacar que nem todas as escolas pesquisadas possuíam o PPP elaborado, além do que, é notável que a maioria das escolas não inclui todos da comunidade escolar em suas reuniões. Portanto, esse pensamento tradicional de uma hierarquização de poder precisa mudar, pois é necessário que a escola seja entendida como um ambiente coletivo, que desenvolva um compromisso social, considerando a participação de todos em prol da qualidade no ensino.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Planejamento Escolar. Gestores Escolares.

Resumen: Se sabe que la escuela debe utilizar la planificación de todas las actividades que se desarrollarán en su alcance, porque, de esta manera, sus acciones se perfeccionarán e integrarán, garantizando así una enseñanza de calidad. Una forma esencial de utilizar la planificación escolar es a través del Proyecto Político Pedagógico, caracterizado por un documento que busca esbozar los caminos a seguir para lograr un mejor desempeño en todas las actividades realizadas a favor de la enseñanza. En ese sentido, este estudio busca investigar la concepción de algunos gestores de escuelas municipales en la ciudad de Codó - MA sobre PPP, considerando que es una herramienta que contribuye al desarrollo del trabajo colectivo. Este estudio es una investigación de campo con un enfoque cualitativo y cuantitativo. Para ello se utilizó como procedimiento metodológico el uso de un cuestionario aplicado a los directores de seis escuelas del sistema educativo municipal de Codó - MA. Con el fin de establecer una comprensión de los problemas planteados, la investigación se basó en algunos autores, entre los que se destacan Veiga (2002) y (2012), Libânio (2001) y Padilha (2001). Estos autores trazan una línea de pensamiento en la que señalan que el PPP es una herramienta indispensable para la planificación escolar. A través de los datos recopilados, fue posible darse cuenta de que los investigados no tienen una comprensión completa de los propósitos propuestos por el documento, a pesar de muchos años de experiencia profesional. Aún cabe destacar que no todas las

<http://dx.doi.org/10.24024/23585188v13n1a202047055>

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão | UFMA - Campus Codó | E-mail: deusilene.costa@hotmail.com

² Professor Mestre | Universidade Federal de Alagoas | UFAL | E-mail: ricarttavares@hotmail.com

³ Professor Doutor Adjunto do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão | UFMA - Campus Codó | E-mail: azielalves@gmail.com

escuelas participantes lo tenían preparado, además de eso, es notable que la mayoría de las escuelas no incluyen a toda la comunidad escolar en sus reuniones. Por lo tanto, este pensamiento tradicional de una jerarquía de poder debe cambiar, porque es necesario que la escuela sea comprendida como un entorno colectivo, que desarrolla un compromiso social teniendo en cuenta la participación de todos a favor de la calidad en la enseñanza.

Palabras clave: Proyecto político pedagógico. Planificación Escolar. Gestores de Escuelas.

Introdução

Quando são trazidas em pauta questões que abordam o planejamento escolar, é inevitável não falar a respeito do Projeto Político Pedagógico (PPP), já que se entende o quanto é necessário que a escola detenha o ato de planejar coletivamente suas atividades futuras, assim garantindo uma melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem. Para Padilha (2001, p. 73), “pensar o planejamento educacional e em particular, planejamento visando o projeto político pedagógico da escola é, essencialmente, exercitar nossa capacidade de tomar decisões coletivamente”.

Sendo assim, o PPP é conhecido como um documento que oferece à instituição de ensino autonomia para organizar suas demandas, garantindo possibilidades de construir sua própria identidade. Nesse sentido, são finalidades propostas pelo PPP considerar a realidade de todos aqueles que nela estão inseridos, possibilitar um bom desenvolvimento das práticas adotadas em conjunto. Logo, em sua aplicabilidade, a escola deve adotar um modelo de gestão democrático que a configura como um espaço participativo e inclusivo, resultando em promover o crescimento mútuo das relações de todos da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, esta pesquisa busca investigar se as escolas pesquisadas possuem o PPP elaborado. Em caso afirmativo, como foi sua elaboração e a sua aplicação, buscando ainda perceber a visão apresentada pelos gestores acerca desse documento. Para colher esses dados, foi preciso atuar *in loco*, munidos do questionário, o qual foi utilizado como roteiro durante a fala com esses profissionais.

Desse modo, é preciso perceber se esses(as) gestores(as) compreendem o PPP com a funcionalidade de uma ferramenta que, além de contribuir para a autonomia da escola, favorece no desenvolvimento de um trabalho participativo, isto é, se esse público adota uma gestão democrática nas tomadas de decisões dentro dessas escolas. Dado que o regimento interno das escolas da rede oficial de Codó, em seu capítulo I, seção I, no Art. 9, no que compete ao gestor, determina “coordenar discussões dos segmentos da comunidade escolar e local sobre a função social da escola, para a definição do projeto político pedagógico, em seus fins educacionais”.

Portanto, a motivação para realizar este trabalho se deu durante o estágio, em determinada escola municipal da cidade de Codó. Nesse período, foi solicitado o documento. Na ocasião, foi alegado que o PPP se encontrava na fase de construção, proporcionando, com esse feito, a indagação: Mas como um documento tão importante para a escola ainda não estava elaborado?

Pensando nisso, houve a necessidade de realizar uma pesquisa em escolas da rede municipal de ensino na cidade já mencionada, para assim averiguar se essas escolas possuíam esse documento pronto. Da mesma forma, observar se os (as) gestores (as) municipais possuem o entendimento das finalidades propostas pelo mesmo, e, sobretudo, se esses profissionais de ensino, em seu cotidiano na escola, aplicam as recomendações existentes no PPP.

1. Elaborando o Projeto Político Pedagógico

Este tópico discute a notoriedade que uma instituição de ensino deve atribuir à construção do seu PPP, bem como busca abordar a eficácia deste documento para um bom desempenho de suas ações, quando elaborado de maneira que garanta a participação de todos.

Para a elaboração do projeto político pedagógico, é preciso que a escola esteja diante das várias situações sociais, as quais possibilitam assumir responsabilidades conjuntas em seu âmbito, na fina-

lidade de conduzir meios para uma sociedade atuante, bem como, ser capaz de compreender seu papel de transformação e desenvolvimento social. “Ao se construir o projeto político-pedagógico, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto macro da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola”. (BETINI *et al*, 2005, p. 39).

Betini *et al* ainda falam que a realidade da sociedade acaba afetando as vivências na escola, com isso, abalando internamente seu funcionamento, suas possibilidades e seus limites. Entende-se, com isso, que o fator social é peça integrante na escola. Por esse motivo, a participação da sociedade no ensino escolar deve ser algo fundamental, embora muitos pais sequer conheçam que podem opinar nas decisões da escola em que seu(sua) filho(a) estuda. Segundo Gadotti, (2013, p. 6), “Não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola”.

Diante disso, algumas orientações devem ser levadas em consideração durante a elaboração do PPP, o que torna fundamental estimar as necessidades reais da comunidade escolar e a realidade de todos os autores envolvidos. Porém, o que de fato acontece é que, muitas das vezes, constrói-se o PPP apenas para cumprir obrigações institucionais, deixando-o na maioria do tempo arquivado e esquecido. Isso pode ser justificado, segundo Fernandes *et al* (2017), devido aos professores não se comprometerem com a elaboração do PPP, fazendo-o de qualquer maneira, isto é, por comodismo. Tais atos refletem apenas a pouca ou nenhuma importância da função coletiva que este documento apresenta.

Pensando nisso, precisa-se de mais entendimento acerca do funcionamento do projeto político pedagógico. Pois, ele não deve ser visto apenas como um mero documento burocrático, que deve ser elaborado apenas para cumprir com as normas educacionais, mas sim, ser compreendido, ser seguido e, principalmente, ser executado, já que muitos estudos o enxergam como uma peça de sistematização das ações de todo o âmbito da instituição e que, quando elaborado de maneira autônoma, apenas acarreta benefícios para todos aqueles que fazem parte do convívio escolar.

De acordo com Stela (2018, p. 49),

O projeto político pedagógico construído na autonomia deve permitir aos professores, alunos, coordenadores e diretores estabelecerem uma comunicação dialógica para propiciar a criação de estruturas metodológicas mais reflexíveis para reinventar sempre que for preciso.

Posto isto, vemos que é possível, sim, a existência de um ambiente cooperativo e plausível de diálogo, sendo necessário que todo o pessoal que faz parte do convívio escolar possa entender que as funções que lhes são atribuídas além de necessárias são também complementares. Porém, para que haja esse entendimento, é preciso a elaboração do próprio documento que organiza as ações de todos na escola, e mais uma vez, frisando que essa elaboração deve ser pautada na participação coletiva.

Padilha (2001) fala desse planejamento dialógico, através do qual ele defende que, priorizando o diálogo como algo primordial no ato de planejar, é uma alternativa de resistência àqueles planejamentos que sempre se fizeram presentes no sistema educacional e que, além de serem burocráticos, configuram-se, ao mesmo tempo, como autoritários, centrados em uma única perspectiva.

Nesse ponto entra a visão do(da) gestor(a), que, por excelência, deve ser uma das pessoas que acredita na potencialidade de um espaço participativo, passando o entendimento de que a concepção de todos é fundamental para o crescimento e sucesso dos procedimentos que regem a escola. Para tanto, é primordial que o(a) gestor(a) venha a conhecer a realidade de todos aqueles que fazem parte da escola, e que, sobretudo, respeite a cada um com suas especificidades.

Veiga (2012) vai falar sobre a necessidade de uma reorganização da escola, mas que essa precisa ser realizada de dentro para fora. E que o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico possa ser o ponto de partida para a realização dessa tarefa, implicando desfazer algo já existente e assim avançar.

Temos como um suporte para implementação de propostas que visam a uma elaboração eficaz do PPP a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, em seu Art. 14 incisos I e II, assegurando que

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Logo, é percebido que é essencial a aplicabilidade desses dois princípios citados na LDB, pois garante que tanto os profissionais da escola como da comunidade em geral (pais, alunos, entre outros) são as pessoas que, de algum modo, fazem parte do convívio escolar, sendo incluídas nas tomadas de decisão, respeitando a opinião de cada um dos presentes no conselho.

Entretanto, se a escola detém de um gestor que toma decisões arbitrárias, essa escola não está respeitando a decisão comunitária, que é um direito constituído em lei, e com isso não obedece à finalidade do documento. Sobre isso, Ribeiro (2014, p. 21) afirma que “O processo de construção do PPP de uma unidade escolar, mesmo sendo mais lento, proporciona a comunidade escolar, o enriquecimento do processo, que todos se sintam sujeitos da produção deste projeto, e não apenas executores”.

Em se tratando do estado do Maranhão, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) criou um caderno de orientação, com intuito de colaborar com a aplicabilidade dessas propostas, denominado Escola Digna (2017, p. 28), que fornece sugestões pedagógicas, direcionado à gestão escolar.

1. Estabelecer um cronograma geral;
2. Definir a equipe de elaboração com distribuição de papéis e atividades;
3. Agendar reuniões para discussão de cada etapa;
4. Realizar encontros com a comunidade (professores/as, funcionários/as, pais, estudantes e colaboradores/as) escolar para diagnosticar (possibilidades e fraquezas da escola), definir qual escola se quer ter e discutir sobre quais estratégias serão utilizadas para realizar o que se quer;
5. Registrar em ata cada encontro;
6. Avaliar constantemente o trabalho e os resultados;
7. Sistematizar o documento final com a proposta pedagógica e política da escola;
8. Analisar o texto do documento em plenária.

Veiga (2002, p. 5) traz alguns princípios fundamentais que norteiam o projeto político pedagógico, uma vez que ele é entendido como a maneira de a escola organizar seu próprio trabalho.

A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

Assim, se a gestão fizer uso desses princípios, nas tomadas de decisões, priorizará muito mais a participação de todos, oportunizando igualdade, por meio da liberdade de escolha. Com isso, prestigia todas as funções e, sobretudo, leva em consideração o ponto de vista de cada integrante da instituição.

2. Abordagem metodológica

A presente pesquisa foi realizada no município de Codó, situada no estado do Maranhão. A cidade possui uma estimativa de 122.859 mil habitantes, considerado o 6º município mais populoso do estado do Maranhão. O município ainda conta com 141 escolas de ensino infantil, 164 escola de ensino fundamental e 12 escolas do ensino médio (IBGE, 2019).

Este estudo configura-se em um tipo de pesquisa de campo com abordagens qualitativa e quantitativa, sobre a qual Neves (1996, p. 2) defende que

Combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa muito mais forte e reduz os problemas de adoção exclusivas de um desses grupos; por outro lado, a omissão do emprego de métodos qualitativos, num estudo em que se faz possível e útil empregá-los, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno.

Optamos como procedimento metodológico para a coleta de dados o uso de um questionário aplicado aos(as) gestores(as) de seis escolas públicas da cidade de Codó – MA. O questionário (quadro 1) continha seis perguntas, sendo três perguntas abertas e três fechadas. Então, cada pergunta fechada continha cinco alternativas que eram: concordo fortemente, concordo, indeciso, discordo e discordo fortemente.

Em vista disso, buscamos, mediante as respostas dadas pelos(as) gestores(as), a possibilidade de saber quanto tempo que ele(ela) atua na escola, bem como, quantas dessas escolas pesquisadas possuem o PPP elaborado, sobretudo se essas escolas demonstram importância sobre finalidades do documento, incluindo a participação da comunidade escolar nos conselhos. Para fundamentação teórica e um melhor entendimento da questão apresentada, foram estudados alguns autores, dentre eles, destacamos Veiga (2002; 2012), Libânio (2001), Padilha (2001), autores que traçam uma linha de pensamento que aponta o PPP como uma ferramenta indispensável para o planejamento escolar.

3. Concepções dos gestores em escolas codoenses sobre o projeto político pedagógico

No quadro 1, encontram-se as perguntas que foram utilizadas no questionário aplicado aos(as) gestores(as) da rede pública da cidade de Codó - MA. Em seguida, estão as suas respostas, sendo que as três primeiras perguntas são abertas e foram respondidas de maneira descritiva, nas quais puderam, com suas próprias palavras, expressar suas ideias. Já as três últimas perguntas são de múltipla escolha. Os dados estão descritos em forma de tabelas e gráficos, para um melhor entendimento dos resultados. Na finalidade de preservar suas identidades, os(as) pesquisados(as) serão identificados(as) com a letra G, seguida de uma ordem alfabética, do A ao F.

Quadro 1 – questionário aplicado aos gestores da escola

QUESTIONÁRIO
1. Há quanto tempo você está no exercício de gestor?
2. A escola possui o projeto político pedagógico?
3. Qual o espaço de tempo que se dá para se reunir e avaliar o andamento do PPP?
4. Nesta reunião avaliativa, quais os pontos que são avaliados? E por quem?
5. É possível desenvolver um ensino de qualidade sem a implementação de um projeto político pedagógico. ☐ concordo fortemente ☐ concordo ☐ indeciso ☐ discordo ☐ discordo fortemente
6. O projeto político pedagógico sendo bem elaborado reflete diretamente na qualidade do ensino. ☐ concordo fortemente ☐ concordo ☐ indeciso ☐ discordo ☐ discordo fortemente
7. A construção do PPP envolve o coletivo que, direta ou indiretamente, contribui para a formação efetiva de uma sociedade crítica, participativa e mais justa. ☐ concordo fortemente ☐ concordo ☐ indeciso ☐ discordo ☐ discordo fortemente

Fonte: adaptado de Stela, 2018.

Seguem respectivamente as respostas dadas pelos(as) gestores(as) mediante a primeira questão do questionário. GA tem 06 anos que exerce o cargo de gestor na atual escola, GB 10 anos, GC 11 anos, GD 04 anos, GE 10 anos e o GF 03 anos. Mediante os dados expostos, é possível perceber que a maioria exerce a função de gestor na atual escola há muito tempo.

O gráfico 1 traz os resultados referentes à segunda questão, que busca saber se a escola possui o projeto político pedagógico. Dos 06 gestores entrevistados, 04 afirmam que a escola possui o documento: foram eles(as) GB, GC, GE e GF. Enquanto o GA afirmou que não possui e o GD falou que o documento se encontra em fase de elaboração.

Gráfico 1 – resultados obtidos da questão 2

Fonte: autoria própria, 2019.

A falta de um PPP na escola é realidade de várias escolas no Brasil. Silva (2018) realizou uma pesquisa com gestores em uma escola, no estado de Pernambuco, na qual mostrou que a escola funciona há um tempo sem o uso do PPP, e que as tomadas de decisões acontecem em reuniões pedagógicas em datas marcadas ou “em momentos livres entre um intervalo e outro”.

Encontram-se no quadro 2, a seguir, as respostas dadas pelos(as) entrevistados(as) referente às perguntas três e quatro, nas quais foi questionado sobre o espaço de tempo em que a escola se reúne para abordar assuntos referentes ao PPP, e quem participa desse diálogo. Segundo as respostas dadas pelos(as) entrevistados(as), apenas GC, GE e GF realizaram, neste ano de 2019, uma reunião para falar acerca do PPP. GD afirmou que já tem um bom tempo que não faz; GB relatou que a última vez foi no ano passado (2018); GA respondeu que tem mais de dois anos que a escola não se reúne para abordar esse tema.

Com isso, fica entendido que na metade das escolas pesquisadas não se fala frequentemente a respeito do documento que a organiza. Uma pesquisa realizada por Pinheiro (2014) mostra que professores e gestores entendem que as reuniões pedagógicas são importantes, pois nestes momentos há a interação dos professores com o PPP e entre eles mesmo, podendo trocar ideias e experiências para melhorar o ensino.

E no que se refere aos integrantes que participam desses encontros, GA citou os professores e os funcionários da escola; GB e GF não citaram nenhum integrante; GD falou que nas reuniões participam os professores, supervisores, assistente e o gestor; já o GE citou apenas os docentes como participantes. Por fim, temos apenas uma escola que na fala de GC citou os pais como uns dos grupos que participam.

Quadro 2 – resultados obtidos na questão 2

GA	Afirmou que já faz dois anos da última reunião e que na ocasião participaram os professores e os funcionários da escola.
GB	Relatou que foi feita ano passado (2018) e que todos participaram.
GC	Disse que foi feita em março deste ano (2019), onde respondeu que participaram os pais, professores e funcionários em geral
GD	Não especificou uma data, mas afirma que já faz muito tempo, e que na ocasião estavam presentes os supervisores professores e assistentes.
GE	Respondeu que foi em abril deste ano e que todos os professores participaram.
GF	Afirma que em março deste ano foi feita, mas não especificou quem participou.

Fonte: autoria própria, 2019.

Diante desses dados, observa-se que a maioria das escolas não inclui os pais nessas reuniões que regem a organização das ações desenvolvidas, ignorando uma das principais finalidade do PPP, que é uma gestão democrática que possibilita a participação de todos nas tomadas de decisões. De acordo com Dieter (2015), o aprendizado e o entendimento dos pais sobre o papel da escola são motivados pela sua participação na vida escolar dos filhos, e o PPP traz essa aproximação - se não tem um, este processo fica complicado.

Por último, estão apresentadas no quadro 3, a seguir, as alternativas escolhidas pelos(as) gestores(as) nas questões 5, 6 e 7 do questionário. As alternativas estão expostas da seguinte maneira: **CF-1/** concordo fortemente, **C-2/** concordo, **I-3/** indeciso, **D-4/** discordo e **DF-5/** discordo fortemente.

Quadro 3 – resultados obtidos nas questões 5, 6 e 7

	GA	GB	GC	GD	GE	GF
Q5	2	1	1	2	4	5
Q6	2	2	1	1	1	1
Q7	2	2	1	1	1	1

(CF-1 C-2 I-3 D-4 DF-5)

Fonte: autoria própria, 2019.

Nessa perspectiva, percebe-se que os(as) gestores(as) não estão com o real entendimento acerca das finalidades propostas pelo PPP, pois, na quinta questão, 02 concordaram e 02 concordaram fortemente que é possível desenvolver um ensino de qualidade sem a implementação do PPP. Embora que, em seguida, na sexta questão tenham dado a entender que apostam em uma boa elaboração do projeto político pedagógico, para que tenha uma boa qualidade no ensino. Assim, temos 04 gestores(as) que concordam fortemente e 02 que concordam. Já na sétima questão, também temos 04 gestores(as) que concordam fortemente e 02 que concordam na construção coletiva do documento como algo que contribui para formar uma sociedade participativa, acreditando, assim, na participação de todos.

Considerações finais

Mediante o que foi exposto, é facilmente compreensível a relevância que o Projeto Político Pedagógico possui para se construir uma escola autônoma, e que, quando elaborado de maneira que prioriza as participações daqueles que são importantes em todo o processo que rege o ensino, apostando em uma gestão que ouve os pontos de vista de todos, existe, então, uma grande possibilidade

de ocorrer um desenvolvimento expressivo das abordagens que visam à qualidade no processo de ensino aprendizagem.

A Lei Nº 9394/96, (LDB) Lei de Diretrizes e Bases, em seu art. 3, inciso VIII, propõe que seja assegurada “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Deste modo, se a escola detiver esses preceitos, faz-se um bom caminho para desenvolver suas ações de uma maneira justa e humanitária, pois é por meio de uma gestão democrática que se constrói, de fato, um espaço democrático.

No entanto, para que haja aplicabilidade do que se encontra na LDB, ainda há muito que ser feito; precisa haver uma mudança da cultura organizacional das escolas, pois ainda estão sendo muito vivenciadas maneiras clássicas de organização, com abordagens autoritárias, isto é, existe uma grande carência de conhecimento dentro das escolas, no que compete às pessoas que delas estão fazendo parte. Muitas das vezes esse público não conhece seu direito e o quanto é fundamental a sua participação.

Segundo Libâneo (2001, p. 96), “a organização escolar não seria uma coisa totalmente objetiva e funcional, um elemento neutro a ser observado, mas uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima”. Porém, o que infelizmente ocorre em pleno século XXI é gestões marcadas por uma hierarquia, onde o poder de decisão está nas mãos de cargos considerados “mais altos”. Assim, fica visível, quase que escancarada, uma falsa prática democrática, na qual uns mandam e outros obedecem, sendo evidente que muitos funcionários, sobretudo, pais e alunos não conhecem seu direito de expor suas ideias e opiniões em temáticas sobre as quais eles deveriam estar cientes.

Porém, quando trazemos essas questões para as escolas codoenses, é possível identificar, por meio de observações que tivemos nas escolas, tal como as respostas dos gestores, que alguns empregam um pensamento tradicional, utilizando da centralização de poder para solucionar demandas, sem ao menos oportunizar aos demais exporem suas ideias.

Portanto, é necessário que se mude essas abordagens, criando, por meio das participações, um ambiente coletivo, respeitando a democracia daqueles que pertencem ao espaço, acreditando na escola como um fator social que busca, em seus valores e ações, uma essência política de desenvolver compromisso social, em busca da melhor qualidade de ensino. Desse modo, é preciso que revejam a educação como direito social. Fazendo isso, busca-se maneiras de verificar a sociedade que faz parte da escola, procurando entender a realidade de todos que estão nela inseridos, para que assim possam trabalhar e planejar suas ações em conjunto e em prol do seu público.

Referências

- BETINI, Geraldo Antônio *et al.* A construção do projeto político-pedagógico da escola. **Rev. Pedag.**, UNIPINHAL, n. 1, v.3, p.37-44, 2005.
- DIETER, Daiana Silveira Colombo; PEREIRA, Antônio Serafim. Participação dos Pais e Gestão Escolar: o olhar da comunidade escolar, v. 10, 2015, Santa Catarina. **Anais do Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos**. Santa Catarina: UNESC, 2015.
- FERNANDES, Caroline Fenali *et al.* Concepções e práticas de PPP em escolas do Extremo Sul Catarinense. **Revista Saberes Pedagógicos**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 161-186, 2017.
- GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular**: planejamento e organização da educação nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013. (Série cadernos de formação, v. 6)
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População do Município de Codó –MA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama>. Acesso em: 07 maio 2020.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em: 08 set. 2019.

- MARANHÃO (estado). Secretaria de Educação do Governo do Maranhão. **Caderno de orientações pedagógicas** – gestão escolar. São Luís, 2016.
- NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo n.1, v.3, p.1-5, 1996.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- PINHEIRO, Daniele. Reuniões pedagógicas: uma interpretação da comunidade escolar em torno desse espaço. *In*: FORUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 5., 2014. Santa Maria. **Anais**[...]. Santa Maria: AINPGP. p. 405-415.
- PREFEITURA municipal de Codó/ Secretaria municipal de educação e cultura. Regimento interno das escolas da rede oficial de Codó. 2007.
- RIBEIRO, Dilza Oliveira. Gestão democrática: Projeto Político Pedagógico. 2014. Tese (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- SILVA, Maria Jeane de França. **O papel da escola na construção da identidade campesina**: os olhares de pais e mães sobre a ação pedagógica da escola no Assentamento Chico Mendes. 2018. Tese (Especialista em Educação do Campo) -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- STELA, Fátima. **Gestão democrática**: a participação dos pais na gestão escolar. Fortaleza: Fort editora, 2018.
- VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, Brasília,DF, v. 3, n.4, 2012.
- VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

Recebido em: 09.12.2019

Aprovado em: 24.04.2020

Para referenciar este texto:

ARRUDA, Aziel Alves de *et al.* Projeto Político Pedagógico (PPP): concepções dos gestores em escolas codoenses. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 13, n. 1, p. 47-55, jan./jun. 2020.